

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA: COMPREENDENDO O PAPEL DO PSICÓLOGO E AS INTERVENÇÕES POSSÍVEIS EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL EDUCACIONAL EM RECIFE/PE**

Rebeca Noberto Correia <sup>1</sup>  
Síntria Labres Lautert<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho tem o propósito de apresentar as reflexões das experiências teórico-práticas vivenciadas durante período de Estágio Básico de Observação no Movimento Pró-Criança, organização não-governamental localizada na cidade do Recife. Nos últimos anos, existiu um movimento de criação de ONGs educacionais em comunidades de baixa renda, com o objetivo complementar a formação dos alunos e ocupar o contra-turno escolar. A partir da inserção do serviço do psicólogo nesses espaços, surgem novas possibilidades de atuação dentro da área e questionamentos sobre o papel e as atribuições desse profissional. O objetivo deste estudo é compreender o papel do profissional de psicologia e a sua atuação, por meio de intervenções, através de método de investigação qualitativo. Mediante análise, foi possível compreender a importância da presença do psicólogo, no sentido de oferecer ampla contribuição na formação em direitos humanos e cuidados em saúde mental. Além disso, pôde-se perceber que a formação desse profissional para atuação no campo precisa contemplar temas como políticas públicas, ética profissional e educação social. Por fim, foi possível identificar uma constante aplicação de teoria e prática em intervenções psicossociais com o objetivo de desenvolver a autonomia e educação em direitos humanos, paralelo aos problemas de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Psicologia Social Comunitária, Intervenções Psicossociais, Observação Científica, Educação Social.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho parte de um relato de experiência desenvolvido em estágio básico de observação em Psicologia Social que ocorreu dentro do Movimento Pró-Criança do município de Recife – PE, na unidade Coelhos. O Movimento Pró-Criança é uma organização não-governamental de caráter educacional pertencente à Arquidiocese de Recife e Olinda. A organização tem como objetivo principal minimizar as dificuldades

---

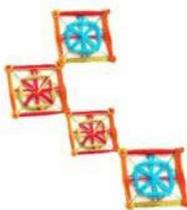
<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rebecancorreia@gmail.com;

<sup>2</sup> Dra. Síntria Labres Lautert, profª orientadora de Estágio Básico de Observação, Departamento de Psicologia - Universidade Federal - UFPE, sintria.lautert@ufpe.br



vivenciadas por crianças, jovens e adolescentes carentes da Região Metropolitana do Recife, por meio de projetos sociais e intervenções nas comunidades próximas. A instituição é suportada financeiramente a partir de parcerias com empresas privadas e da doação de pessoas físicas. Atualmente possui três unidades ativas: Coelhos, Recife Antigo e Piedade, sendo o estágio realizado na unidade dos Coelhos. Nessa unidade onde foi realizado o Estágio Básico de Observação são oferecidos os cursos de Coral, Artes Visuais e Judô, além de reforço escolar. Dentro da instituição existe um setor psicossocial, em que trabalham duas assistentes sociais e uma psicóloga, além de duas estagiárias em estágio final de serviço social e duas em estágio específico de psicologia. O espaço do setor funciona com diversas finalidades, sendo as principais a realização de matrículas e inscrições em todos os projetos da unidade com as assistentes sociais e o atendimento aos pais e alunos, realizado pela psicóloga.

É possível perceber que ao longo dos anos está havendo um movimento dentro da cultura brasileira de se criar ONGs de caráter educativo com o objetivo de complementar a formação de jovens e crianças de periferia, com programas de artes e reforço escolar. Programas como esses podem ser caracterizados como transformadores ou mantenedores da realidade social a depender da sua forma de ação e objetivo, como explica Freitas (2005). Constata-se que com o passar do tempo foi-se criando a perspectiva de uma psicologia que quebrasse o muro entre a academia e a comunidade e conseguisse colocar em ações os estudos acerca dos fenômenos sociais e políticos relacionados ao desenvolvimento humano, com profissionais inseridos em espaços como esse, agindo através de um compromisso ético-político. A partir dessa discussão, o presente estudo tem como objetivo compreender o papel do profissional de psicologia nesse espaço a partir de relatos de observação construídos durante período de Estágio Básico de Observação, e de que forma teorias e conceitos do campo da psicologia foram empregados em caráter prático, repercutindo no desenvolvimento das crianças e adolescentes da instituição. É necessário enfatizar que o trabalho dentro de comunidades carentes exige o reconhecimento das estruturas de poder e opressão que atuam sobre a vida desses sujeitos, sendo um campo de trabalho que exige do profissional de psicologia constante atualização em termos de teoria, pesquisa e aplicação de intervenções psicossociais.



## A PSICOLOGIA NO CAMPO COMUNITÁRIO

A psicologia social tem como uma de suas características mais marcantes a criação de micro-teorias como articulação principal para descrição e previsão do comportamento social. Dentro dessas micro-teorias é possível destacar as teorias de atitude, de tomada de decisão, das representações sociais, minorias ativas, autocategorização, relações intergrupais entre outras. Em todas essas teorias, os psicólogos sociais e pesquisadores responsáveis empenharam-se em formulá-las a partir de dados empíricos e de forma mais clara e objetiva possível, buscando explicar uma vasta gama de fenômenos e as relações entre eles. O desenvolvimento dessas teorias psicossociais surge a partir de dados de observação e experimentação, esses métodos se fazendo indispensáveis dentro dos processos de pesquisa e inovação dentro do campo, sendo o fazer científico dentro da psicologia historicamente atrelado a prática da observação científica (NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO, 2000).

A psicologia social focaliza a investigação das relações interpessoais, e as interações entre o indivíduo e a comunidade, e teve seu início a partir de pesquisadores das ciências sociais. Um dos primeiros a ser realizados acerca da relação entre a psicologia e interações sociais foi por George Mead, em 1895, quando ele destacou que a comunicação seria um dos principais recursos mediadores utilizados pelo ser humano para formação de sua identidade individual, por meio do interacionismo simbólico. Ele contribuiu, dessa forma, ao lançar a perspectiva de que as relações interpessoais possuem um papel importante para a construção da subjetividade humana. A partir do surgimento dessas contribuições, a discussão sobre os objetos de estudos, as possibilidades e limites dos estudos da psicologia social continuam em voga e flutuam por todos os temas e fenômenos que envolvem um sujeito localizado societal e culturalmente e que age a partir de estímulos naturais e ambientais (AZEVEDO, 2013). O Conselho Federal de Psicologia, a partir da resolução 05/2003, discutiu sobre a psicologia social a considerando como um campo de ação e intervenção dentro dos espaços comunitários e institucionais, para verificação das relações organizadas entre os indivíduos, grupos e estruturas.

Segundo Azevêdo (2003), a partir da articulação entre o desenvolvimento do indivíduo em sociedade e a maneira com que a formação da subjetividade é



essencialmente marcada pela interação simbólica, temas principais da psicologia social e da psicologia comunitária, surge a psicologia social comunitária. Dessa forma, se buscou estabelecer uma identidade profissional para o psicólogo que estava inserido em um contexto com fortes vivências dentro das comunidades e com enfoque social. Trago essa discussão com o objetivo de mostrar dentro de que recorte da psicologia se encontra localizado o trabalho exercido pela psicóloga dentro da instituição, que possui forte caráter comunitário devido à sua inserção em uma das comunidades mais violentas da Região Metropolitana do Recife, entretanto, articulando com os conceitos da psicologia social que permitem entender esse indivíduos e suas relações com o ambiente em que se desenvolvem (D'AMORIM, 1980). A psicologia social comunitária na América Latina apresenta, desde a década de 70, um paradigma de transformação por meio do compromisso ético-político, possuindo uma visão crítica acerca dos problemas sociais, utilizando por muitas vezes de intervenções em diversos contextos como forma de atuação dentro dos espaços abertos e institucionais (RAMOS; DE CARVALHO, 2008).

As chamadas “intervenções psicossociais” são de grande importância dentro do contexto comunitário por possibilitar a interação dos profissionais com os membros das comunidades e trazer temas que comumente não conseguiriam adentrar esses espaços. Segundo Ramos e Carvalho (2008), o primeiro passo para uma intervenção adequada e que impacte a comunidade é conhecer a partir de uma investigação cuidadosa o cotidiano do grupo e seus determinantes históricos, materiais e psicossociais. Dessa forma, uma observação aprofundada seria o primeiro passo, alicerçada na relação entre fatores objetivos e subjetivos que orientam o comportamento cotidiano do grupo a ser alcançado e a própria identidade dos indivíduos. Essa identidade emerge a partir da observação, e é justamente o fator de maior peso a guiar a questão da pesquisa e, posteriormente, a intervenção psicossocial.

Segundo Freitas (2005), para a construção de uma intervenção efetiva são necessários conhecimentos que vão além de uma análise superficial e descritiva, viabilizando a compreensão de aspectos epistemológicos e políticos de ação, que permitem localizar essas atividades e programas como dirigidos à transformação social, a partir de um saber localizado e que se encaixe em um projeto de sociedade transformador ou em vias de transformação. Por muitas vezes, os projetos nas comunidades podem ser caracterizados como transformadores, em alguns momentos,



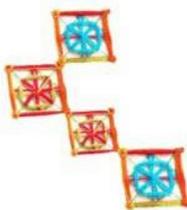
sem necessariamente implicar numa proposta de transformação social em sua completude ou nos seus aspectos estruturantes, ocupando uma posição de “paliativo” dentro da realidade social e auxiliando alguns poucos indivíduos a quebrarem com a lógica hegemônica predominante.

Em suma, a intervenção do psicólogo social pode agir sobre “o espaço temporal de produção de diferenças, que certamente incidem na comunidade, mas também, e ao mesmo tempo, no psicólogo” (SCISLESKI; MARASCHIN; TITTONI, 2006, p.52). Ou seja, toda intervenção planejada e executada pela equipe profissional resvala nela mesma e a atinge, nesse sentido se tratando de uma possibilidade de trocas, posto que será vivido em um espaço comum de convivência. Psicólogos, assistentes sociais, líderes comunitários, associações e sindicatos, moradores locais, fazem parte da teia que é construída para que uma intervenção psicossocial possa ser posta em prática, e exemplificam a complexidade que constrói o espaço em que se é realizado o trabalho dentro da Psicologia Social.

Em face do exposto, o presente trabalho visa apresentar as reflexões das experiências teórico-práticas vivenciadas durante período de Estágio Básico de Observação realizado em 2020.1, no Movimento Pró-Criança, organização não-governamental localizada na cidade do Recife.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento desse estudo, o desenho metodológico pautou-se na análise de relatos produzidos por observação científica. Os relatos foram desenvolvidos por um período de dez semanas, sendo a ida ao local semanal, resultando em dez relatos. A observação como método de investigação é de extrema importância dentro das atividades profissionais de um psicólogo. Isso porque, seja na aplicação de técnicas ou na análise de uma anamnese, a observação possibilita a análise de informações relativas ao comportamento e ao ambiente que influencia e delimita esse comportamento. A observação consegue tirar o cientista, e o psicólogo, do campo das inferências e suposições para uma análise crítica e fidedigna da realidade, abrindo portas para um maior entendimento do funcionamento da natureza e dos fenômenos sociais, sendo o ponto de partida para uma intervenção eficaz e aperfeiçoada (DANNA; MATOS, 2006).



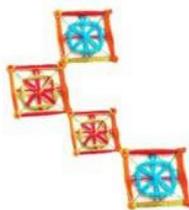
O tipo de observação realizada no Movimento Pró-Criança foi de natureza assistemática, participante, real e individual. Foi assistemática por não ter sido utilizado nenhum instrumento específico, e o objetivo ter sido definido a partir das vivências das observações; e participante por ter sido orientado desde o primeiro encontro de supervisão de que não seria possível ser passivo ou imparcial dentro do contexto da comunidade. A supervisora incentivou uma imersão dentro da instituição, recomendando aprender os nomes das crianças e adolescentes, participar ativamente dos atendimentos aos pais e a ser um membro efetivo do setor durante os períodos de plantão. Além disso, ela pode ser considerada real por ter ocorrido fora do laboratório, no ambiente natural em que as variáveis não poderiam ser controladas. Por último, foi em grande parte individual por eu ser a única nos espaços com o objetivo de realizar uma observação científica. Desse modo, para fins de análise, serão apontados alguns relatos com base em descrições e reflexões teóricas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente discussão terá como objetivo identificar qual o papel da psicóloga e quais são as formas de intervenção possíveis no contexto dessa ONG. O foco escolhido surgiu a partir da percepção de quem em todos os relatos escritos durante as observações era possível perceber a atuação da psicóloga dentro da instituição, a sua relação com os demais profissionais e a forma com que ela trabalhava ao resolver conflitos e ao colocar temas ético-políticos em discussão entre os alunos. A pergunta que conduziu os estudos e observações teve origem na compreensão de que a psicologia é diversa e multiforme, e poderia ser praticada nesse espaço tanto no âmbito de uma Psicologia Escolar ou Educacional, quanto da Psicologia Comunitária. Manifestou-se então a necessidade de identificar que formas de intervenção foram utilizadas dentro do espaço, considerando o caráter educacional dessa instituição que está localizada em uma comunidade de baixa renda e em vulnerabilidade social.

**Tabela 1: Atividade realizadas por relato**

Nº do Relato	Atividades Realizadas
1	Acolhimento às crianças no refeitório, acompanhamento do serviço



	das psicólogas e assistentes sociais no setor, visita domiciliar.
2	Reunião mensal dos setores psicossociais das três unidades, capacitação sobre o tema “Suicídio”.
3	Acolhimento às crianças no refeitório, acompanhamento do serviço das psicólogas e assistentes sociais no setor, reunião da gestão do setor psicossocial com a equipe pedagógica, comemoração do dia da psicóloga.
4	Acolhimento às crianças no refeitório, acompanhamento do serviço das psicólogas e assistentes sociais no setor, realização de intervenção psicossocial sobre o “Setembro Amarelo” com a turma de Artes II.
5	Acolhimento às crianças no refeitório, acompanhamento do serviço das psicólogas e assistentes sociais no setor.
6	Acolhimento às crianças no refeitório, acompanhamento do serviço das psicólogas e assistentes sociais no setor.
7	Intervenção organizada sobre tema “Autocuidado” com um grupo de mães de alunos, atividade integrante das ações do Outubro Rosa.
8	Acolhimento às crianças no refeitório, observação dos alunos durante festa de dia das crianças.
9	Acolhimento às crianças no refeitório, atendimento aos pais no setor, intervenção com a turma de Judô sobre o Dia da Consciência Negra, reunião de estudo de caso com equipe psicossocial.
10	Acolhimento às crianças no refeitório, atendimento aos pais e alunos no setor, intervenção com a turma de Artes II sobre o Dia da Consciência Negra.

Para dar início a análise, é possível perceber um ponto em comum quatro dos dez relatos. Em todos eles foram realizadas intervenções psicossociais dentro da instituição a partir da discussão de temáticas relacionadas a uma data ou mês específico, sendo eles o Setembro Amarelo, Outubro Rosa, e o dia da consciência negra. Esse tipo de intervenção pode ser caracterizada como psicossocial por tratar de assuntos que abordam relações organizadas entre os indivíduos, grupos e estruturas como trouxe Azevêdo (2013), e por ser uma ida do profissional até o grupo baseada em um plano de ação específico. É possível perceber no nono relato uma das características mais marcantes de uma intervenção psicossocial: é um lugar de trocas. Durante a intervenção em questão o tema da Consciência Negra foi colocado pela equipe diante dos meninos,



que levantaram como principais pontos a questão da violência policial e da armamentização. Nesse dia, a turma fez perceber uma de suas principais demandas a partir de sua participação no debate, e permitiu à psicóloga repensar o formato, o conteúdo e a execução da intervenção, devido a uma falta de pesquisa aprofundada anterior sobre cada turma e suas especificidades.

Dentro desse ponto, é necessário que se faça uma reflexão acerca da observação no fazer da psicóloga e as etapas que se seguem para consolidação de uma intervenção. Durante o tópico anterior, de fundamentação teórica, foi trazido o fato de que a base de uma boa intervenção se dá por meio da pesquisa que a antecede. Esse olhar de pesquisador está relacionado a um olhar investigativo e curioso, que busca entender o contexto em que está inserido e se apropriar do máximo de informações que conseguir retirar dele. O olhar impõe considerar a posição do observador como implicado naquilo que ele observa, reconhecendo suas limitações como observador parcial e sua implicação dentro da observação. Não se busca necessariamente uma realidade acessível objetivamente, mas parte do reconhecimento da subjetividade do outro e do grupo, diante de um contexto que também é produzido a partir do coletivo. Somente esse olhar possibilita o reconhecimento ao distinguir objetos, situações e seus entretens, que permanecem invisíveis a postura de observador do cotidiano (DIEHL; MARASCHIN; TITTONI, 2006).

Dentro da dinâmica da instituição, a psicóloga possuía poucos espaços de convivência direta com os alunos, considerando que ela não é a responsável pelos grupos terapêuticos e não realiza atendimentos individuais com frequência, apenas em casos emergenciais, e por isso se faz necessário que ela ocupe ao máximo os espaços em que se encontra o coletivo, para poder observá-lo e conhecê-lo de perto. Diante dessa perspectiva, ela participou de todos os momentos de acolhimento no refeitório, sentou nas mesas com os alunos, fez a chamada, participa assiduamente das competições das turmas de judô, das apresentações da turma de coral e das produções das turmas de artes, por acreditar na importância do vínculo e da personalidade. O tipo de observação que ela, como psicóloga, consegue exercer nesses espaços, é o que garantiria a formação de intervenções adequadas e contextualizadas à realidade dos alunos da instituição.

Por estarmos aqui tratando de um espaço educacional, é necessário salientar que muitos problemas e atrasos de aprendizagem são localizados pela profissional em seu



cotidiano. Segundo Fabrício e Cantos (2011), uma intervenção educacional para atender a demanda de um aluno com dificuldades de aprendizagem precisa trabalhar com a identificação e superação das dificuldades, a partir da percepção dessas dificuldades como possibilidades e não problemas, atuando a partir delas, transformando-as sem comparações entre alunos ou negações. Apesar de existirem alunos na instituição diagnosticados com distúrbios e atrasos de aprendizagem, não foi possível observar nenhuma intervenção nesse sentido durante todo o período de estágio, e apesar dos educadores por vezes demonstrarem dificuldades com alunos específicos, cada um deles relatou lidar com a situação da forma que se fazia possível, manejando as necessidades especiais de cada aluno.

Essas dificuldades podem ser ampliadas quando se reconhece que a situação de vulnerabilidade social à que essas crianças e adolescentes estão submetidas pode comprometer ainda mais seu desenvolvimento na escola e o processo de ensino-aprendizagem. Segundo Ribeiro (2006), o trabalho com essas populações exigiria uma nova pedagogia, com currículo, métodos e conteúdos que atendessem as necessidades dos alunos, e que tivesse como foco a integralidade da educação, tanto em seus aspectos teórico-práticos quanto no resgate da cidadania dos sujeitos como ponto central do trabalho pedagógico. Entretanto, a psicóloga da instituição sofre com uma grande sobrecarga, considerando que só o público infanto-juvenil da unidade possui cerca de 300 crianças e adolescentes, e encontrou nas intervenções psicossociais um caminho para promover autonomia e uma educação social, sem colocar o foco especificamente nos problemas de aprendizagem. Dessa forma, é possível afirmar que a maior parte das intervenções propostas e efetivadas pela psicóloga foram de caráter contingencial e frequentemente relacionadas ao seu compromisso ético-político diante da comunidade em que está inserida.

Uma das vivências mais marcantes dentro do período de estágio consta no primeiro relato, em que foi realizada uma visita domiciliar. De caráter emergencial, foi uma intervenção acordada pela equipe multiprofissional para dar uma última chance para uma família de sete crianças permanecer vinculada à unidade. Em respeito à relação antiga da família com a instituição, a equipe realizou três intervenções a fim de que os meninos voltassem a frequentar a unidade, sendo a visita em questão a terceira e última. A conversa com a psicóloga não conseguiu despertar nos alunos a vontade de



voltar aos seus projetos, e todos foram desligados naquela mesma manhã. Entretanto, o objetivo da intervenção foi alcançado, levando em consideração que as instruções para a profissional foram de reativar os vínculos deles com a instituição ou efetuar o desligamento total, devido à longevidade do problema.

Essa situação demonstra o quanto pode ser difícil para quem atua na Psicologia Social Comunitária lidar com seus anseios e frustrações, quando seu planejamento de melhoria e transformação difere do que o outro está disposto a aceitar, e as intervenções não conseguem atingir os resultados esperados pelo profissional. A complexidade da realidade precisa ser considerada; ao profissional cabe reconhecer o outro em sua subjetividade e os aspectos estruturais e conjunturais responsáveis pelas condições de miséria, doença, desemprego que os atinge e os afeta. Para concluir, através da vivência e dos relatos, foi possível observar que a prática da psicologia constitui parte essencial da coerência entre as práticas desenvolvidas e os compromissos de transformação social assumidos pela instituição.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi exposto e analisado, é possível compreender a importância da presença do profissional de psicologia, no sentido de oferecer ampla contribuição na formação em direitos humanos e saúde mental, a partir do diálogo realizado com os alunos e equipe, tendo em vista a perspectiva de uma Psicologia Social Comunitária engajada e comprometida com a transformação social. Além disso, pôde-se perceber como a formação desse psicólogo precisa levar em consideração fatores que extrapolam o conceito de saúde mental, contemplando temas como políticas públicas, ética profissional e o diálogo com as ciências sociais, antropológicas e filosóficas. Em relação aos tipos de intervenção conduzidos no espaço, analisou-se o quanto presente é a observação dos contextos e sujeitos pela profissional, seguindo os princípios de construção de intervenções psicossociais, por meio de uma comunicação entre os demais profissionais e os sujeitos das intervenções, como sujeitos ativos. Deste modo, houve a compreensão de tal proposição realizada na introdução: articular a compreensão do papel do profissional de psicologia e as formas de intervenção possíveis na unidade do Movimento Pró-Criança, localizado na comunidade dos Coelhos. Além dessa articulação, foi possível observar o quanto a prática está associada à teoria, tanto a partir das leituras sobre o fazer



do psicólogo no espaço de comunidades de baixa renda, quanto ao observar a prática profissional, sendo necessário um constante resgate de questões teórico-metodológicas.

Ter posto em prática a modalidade de observação participante nesse espaço faz colocar em perspectiva alguns dos conceitos que se estudam acerca do que é a psicologia, e quais os seus limites e possibilidades. Surgiram novas questões que ainda precisam ser respondidas: até que ponto o psicólogo pode agir em uma equipe multiprofissional sem estar abrindo mão de suas atribuições específicas? Como seria possível uma melhor articulação entre os psicólogos pesquisadores que estão na academia e dos profissionais que estão na ponta, lidando diretamente com as comunidades? Para concluir, é necessário destacar que o processo de engajar as estruturas escola-família-instituições para promover a autonomia e transformação social na vida dessas crianças e adolescentes não é um trabalho que compete ao psicólogo social dar conta sozinho. Esse é um trabalho que precisa ser feito em rede, com participação ativa de uma equipe multiprofissional comprometida e sujeitos engajados, sendo o psicólogo responsável por buscar formas de ressignificar suas práticas de maneira a não reproduzir violências e opressões, atuando como catalisador de reflexões críticas e desejo de mudança.

## REFERÊNCIAS

D'AMORIM, M. A. A psicologia comunitária: considerações teóricas e práticas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 32, n. 3, p. 99–105, 1980.

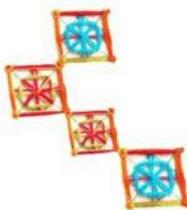
DANNA, M. F.; MATOS, M. A. **Aprendendo a observar**. [s.l.] Edicon, 2006.

DE FREITAS, M. DE F. Q. (In) Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. **Psico**, v. 36, n. 1, p. 1, 2005.

DIEHL, R.; MARASCHIN, C.; TITTONI, J. Ferramentas para uma psicologia social. **Psicologia em estudo**. Maringá. Vol. 11, n. 2 (maio/ago. 2006), p. 407-415., 2006.

AZEVÊDO, A. V. dos S. A psicologia social, comunitária e social comunitária: definições dos objetos de estudo. **Psicologia em foco**, v. 3, n. 2, 2013.

AZEVÊDO, A. V. dos S.; PARDO, M. B. L. Formação e Atuação em Psicologia Social Comunitária. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 8, n. 2, 2014.



FABRÍCIO, N. M. DE C.; CANTOS, P. V. V. Diagnóstico - intervenção - perspectivas: atuação da escola inclusiva. **Construção psicopedagógica**, v. 19, n. 19, p. 112–121, 2011.

NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, E. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 287–299, 2000.

RAMOS, C.; DE CARVALHO, J. E. C. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária. **Psicologia & sociedade**, v. 20, n. 2, p. 174–180, 2008.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 155–178, 2006.

SCISLESKI, A. C. C.; MARASCHIN, C.; TITTONI, J. A psicologia social e o trabalho em comunidades: limites e possibilidades. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 40, n. 1, p. 51–58, 2006.